

## **PORTARIA Nº 798 DE 10 DE AGOSTO DE 1989 - (REVOGADA)**

(Publicada no Diário Oficial de 11/08/1989)

Prorrogada pela Portaria nº 1.055/89.

Revogada pela Portaria nº 1.282/89.

### **Estabelece normas para autorização e uso da Nota Fiscal do Produtor.**

**O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 461 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.460, de 07 de junho de 1989,

### **RESOLVE**

**Art. 1º** Os estabelecimentos de produtores agropecuários não equiparados a comerciantes ou industriais, quando inscritos no Cadastro do Produtor Rural, poderão emitir, desde que previamente autorizados pelo Fisco Estadual, Nota Fiscal do Produtor, nas seguintes hipóteses:

**I** - sempre que promoverem a saída de mercadorias;

**II** - na transmissão de propriedade de mercadorias;

**Art. 2º** A Nota Fiscal do Produtor conterá as seguintes indicações impressas tipograficamente:

**I** - denominação: “NOTA FISCAL DO PRODUTOR”;

**II** - número de ordem e número de via:

**Art. 3º** A Nota Fiscal do Produtor será emitida antes da saída da mercadoria do estabelecimento, devendo ser lançados, nos locais próprios, os seguintes elementos:

**I** - data da emissão e da saída efetiva das mercadorias do estabelecimento;

**II** - nome, endereço e número de inscrição, no CPR e no CPF ou CGC, conforme o caso, número do Certificado de Habilitação para o Regime de Diferimento do destinatário ou sua qualificação, se não inscrito como contribuinte do ICMS;

**III** - natureza da operação: venda (à vista ou a prazo), consignação, remessa para beneficiamento, remessa para fins de demonstração, exposição, “recursos de pasto” etc..

**IV** - descrição dos produtos, unidade, quantidade e peso líquido;

**V** - preços unitário e total dos produtos, valor total da operação, bem como, a base de cálculo, na falta daquele ou dele diferente;

**VI** - destaque do ICMS, quando for o caso;

**VII** - última marca de fogo (ferro);

**VIII** - despesas acessórias (frete e seguro), quando houver;

**IX** - carimbo do remetente contendo as seguintes informações:

a) número de inscrição no CPR;

b) nome;

c) endereço;

d) município

e) Estado.

**X** - prazo de validade;

**XI** - nome e endereço do transportador e placa do veículo;

**XII** - campo reservado à Repartição Fazendária, para a revalidação da Nota Fiscal do Produtor;

**XIII** - especificação da marca, número, quantidade, espécie, peso bruto e peso líquido dos volumes a serem transportados;

§ 1º Os dados referidos no inciso V poderão ser dispensados, quando as mercadorias estiverem sujeitas a posterior fixação de preços, indicando-se no documento essa circunstância.

§ 2º A indicação do inciso VI só será aposta nas operações em que a responsabilidade pelo recolhimento do imposto seja do remetente das mercadorias, devendo, neste caso, a Nota Fiscal do Produtor ser acompanhada do Documento de Arrecadação respectivo durante o transporte, fazendo referência expressa ao número e a data da mesma.

**Art. 4º** A Nota Fiscal do Produtor será extraída por decalque a carbono ou em papel carbonado, devendo ser preenchida à máquina ou manuscrita a tinta ou a lápis-tinta, com seus dizeres e indicações bem legíveis em todas as vias e emitida:

**I** - em 5 vias, sendo possível, no caso de operações internas, a emissão em 4 vias que terão a seguinte destinação:

a) a 1ª via acompanhará as mercadorias no seu transporte, para ser entregue pelo transportador ao destinatário;

**b)** a 2ª via também acompanhará as mercadorias, devendo ser retida pelo Fisco, que visará obrigatoriamente a 1ª via;

**c)** a 3ª via ficará retida em mãos do produtor, para prestação de contas à Inspetoria da Fazenda de circunscrição do contribuinte;

**d)** a 4ª via e a 5ª vias ficarão presas ao bloco.

**II** - em 5 vias, nas operações interestaduais com a seguinte destinação:

**a)** a 1ª via acompanhará as mercadorias no seu transporte, para ser entregue pelo transportador ao destinatário;

**b)** a 2ª via também acompanhará as mercadorias, devendo ser retida pelo Fisco, que visará obrigatoriamente a 1ª;

**c)** a 3ª via acompanhará as mercadorias e destinar-se-á a fins de controle na Unidade da Federação do destinatário;

**d)** a 4ª via ficará retida em mãos do produtor para prestação de contas à Inspetoria da Fazenda de circunscrição do contribuinte;

**e)** a 5ª via ficará presa no bloco.

**III** - em 5 vias nas operações com gado bovino, que terão o seguinte destino:

**a)** a 1ª via acompanhará as mercadorias no seu transporte, para ser entregue pelo transportador ao destinatário;

**b)** a 2ª via acompanhará também as mercadorias, devendo ser retida pelo Fisco, que visará obrigatoriamente a 1ª via;

**c)** a 3ª e 4ª vias ficará retida em mãos do produtor para prestação de contas à Inspetoria da Fazenda da circunscrição do contribuinte, a qual encaminhará a 4ª via à Inspetoria da Fazenda de circunscrição do destinatário para juntada ao respectivo dossiê;

**d)** a 5ª via ficará presa ao bloco.

**Parágrafo único.** As diversas vias da Nota Fiscal do Produtor não se substituirão nas respectivas destinações, salvo em caso de extravio, desde que se faça imediata comunicação do fato à Repartição Fazendária.

**Art. 5º** A Nota Fiscal do Produtor será impressa pela Secretaria da Fazenda e distribuída sem ônus para o contribuinte, em talonários contendo 20 (vinte) Notas com 5 (cinco) vias cada uma.

**§ 1º** O prazo de validade da Nota Fiscal do Produtor será de 3 (três) meses a partir da data do fornecimento pela Repartição Fazendária, prorrogável pelo mesmo

período.

**§ 2º** Faz parte integrante do talonário, o Recibo de Entrega e Documento de Apresentação de Notas Fiscais utilizadas, bem como, o Resumo da Operações Efetuadas pelo Contribuinte.

**§ 3º** O talonário da Nota Fiscal do Produtor será entregue mediante a aposição do carimbo, confeccionado pelo próprio produtor, conforme dados relacionados no inciso IX do Art. 3º, e assinatura do Recibo referido no parágrafo anterior.

**Art. 6º** O produtor ficará obrigado a efetuar prestação de contas do talonário utilizando até o 5º (quinto) dia após a emissão da última Nota, preenchendo o Resumo de Operações e anexando para cada Nota Fiscal emitida, os seguintes documentos:

**I** - “Contra-Nota” - Nota Fiscal do Produtor emitida pelo destinatário ao receber as mercadorias, nas operações realizadas entre produtores;

**II** - Nota Fiscal de Entrada - no caso das operações realizadas com comerciantes, industriais ou cooperativas;

**III** - Documento de Arrecadação Estadual - nas operações em que seja exigido o pagamento do ICMS, inclusive nas saídas realizadas para fora do Estado.

**§ 1º** Fica dispensada a exigência dos documentos de comprovação citados neste artigo, no caso da saída de animais para exposições e amostra de produtos para demonstração.

**§ 2º** A falta da Contra-Nota, Nota Fiscal de Entrada ou Documento de Arrecadação sujeitará o produtor ao pagamento do imposto correspondente a Nota Fiscal utilizada sem a devida comprovação observado o disposto no parágrafo primeiro.

**Art. 7º** Na emissão da Contra-Nota deverão ser observadas as seguintes instruções:

**I** - escrever em diagonal a expressão CONTRA-NOTA;

**II** - a Natureza da Operação será:

**a)** recebimento acobertado por diferimento;

**b)** recebimento para Recurso de Pasto.

**III** - indicar no corpo da Nota o número e a data da Nota Fiscal de Produtor de origem;

**IV** - substituir a expressão “remetente” por “destinatário” e onde consta “destinatário” por “remetente”;

**V** - quando aos demais itens seguir-se-ão as instruções relativas ao preenchimento da Nota Fiscal do Produtor.

**Art. 8º** Será considerada inidônea para todos os efeitos fiscais, fazendo prova apenas em favor do Fisco, a Nota Fiscal de Produtor que além de se enquadrar nas disposições do § 1º do art. 124 do Dec. 2.460/89 - RICMS: seja:

**I** - seja emitida após o prazo de validade;

**II** - seja emitida por contribuinte que não tenha entregue no prazo exigido pela legislação, a Declaração Anual do Produtor - DAP;

**III** - não esteja acompanhada, na ocasião da prestação de contas, dos documentos relacionados nos incisos I, II e III do art. 6º.

**Art. 9º** Ficam aprovados os modelos da Nota Fiscal do Produtor, Anexo 1, Resumo das Operações Efetuadas no Talão de Nota Fiscal do Produtor, Anexo 2, Recibo de talão de NFP, Anexo 3 e modelo de carimbo, Anexo 4 constantes desta Portaria.(anexos não disponível)

**Art. 10.** Esta Portaria entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação, tornando-se sem efeito as Notas Fiscais anteriormente autorizadas, revogadas as disposições em contrário.

**SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA**, 10 de agosto de 1989.

**RUBENS VAZ DA COSTA**  
Secretário